

Tecendo resistências contracoloniais *entre azmies*: travessias possíveis para uma ética da liberdade

Izabela Caixeta³⁹

Resumo

Neste ensaio tenho por intuito tecer diálogos epistemológicos entre autoras pretas que acredito fazerem coro, volume e movimento às reflexões contracoloniais para pensar uma ética da liberdade na educação. Proponho aproximar debates presentes nas experiências ao *sul* da luta anticapitalista, necessárias para as (re)existências periféricas com encontro entre diferentes vozes insurgentes. A ideia é engajar travessias teóricas, em perspectiva interseccional, que encampem terrenos para o enfrentamento estrutural ao racismo e sexismo adoecedores. Em tempos de grande magnitude na crise dos valores civilizatórios ocidentais, refletir sobre necessários aquilombamentos no campo da educação que tudo atravessa, torna-se exercício para uma possível ética da liberdade. Num mar de sofrimentos coletivos, anoro as reflexões propostas por Bell Hooks, quando nos desperta para as possibilidades da teoria como lugar de cura. Que esses saberes ancestrais em travessia possam nutrir solos existenciais calejados e quem sabe acender fogueiras de luta, que junto a tantos lutos, servem como faróis em meio a tempestade.

Palavras-chave: *racismo. educação. interseccionalidade. contracolonialidade.*

Weaving counter-colonial resistance among *azmies*: possible crossings for an ethics of freedom

Abstract

In this essay I intend to weave epistemological dialogues between black authors who I believe make chorus, volume and movement to the counter colonial reflections to think an ethics of freedom in education. I propose to approach debates present in the experiences to the south of the anti-capitalist struggle, necessary for peripheral (re)existences with an encounter between different insurgent voices. The idea is to engage theoretical crossings, in an intersectional perspective, that cover ground for the structural confrontation of sickening racism and sexism. In times of great magnitude in the crisis of Western civilizing values, reflecting on the necessary aquilombing in the field of education that goes through everything becomes an exercise for a possible ethics of freedom. In a sea of collective suffering, I anchor the reflections proposed by Bell Hooks when she awakens us to the possibilities of theory as a place for healing. May this ancestral knowledge in traversal nourish calloused existential soils and, who knows, maybe light fires of struggle, which, along with so many struggles, serve as lighthouses during the storm.

Keyword: *racism. education. interseccionality. anticolonialism.*

³⁹ Professora de sociologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal, mestra em Políticas Públicas em Saúde pela Fiocruz/Brasília Brasil. E-mail de contato: izabelacaixeta@gmail.com.

Interseccionando o sentir-pensar para reposicionar os padrões de poder

Eram trabalhos que contavam partes de uma história. A história dos negros talvez. A irmã tinha os traços e os modos de Vô Vivencio. Não estranhou a semelhança que se fazia cada vez maior. Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque, enquanto os sofrimentos estivessem vivos na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino (EVARISTO, 2017, p.109).

Peço licença para chegar, benção à ancestralidade e gratidão às muitas escrituras que me antecedem e me inspiram. Início afirmando que foi graças ao poder de mulheres que buscaram/buscam transformar o mundo, que minha tomada de consciência racial entrou em ritmo sem volta. Se tornar uma mulher negra, como dizia Lélia Gonzalez (1982), é tarefa dolorosa junto às memórias genéticas violadas pelas políticas de embranquecimento na Améfrica Ladina. É importante compreender esse conceito de améfrica ladina, cunhado por Lélia Gonzalez, enquanto pessoas “herdeiras de uma outra cultura ancestral cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais” (CARDOSO, 2014, p. 1984) para desvelar a histórica forja de nossas racialidades no Brasil e para que possamos tornar o antirracismo prática imanente.

Por muito tempo o lugar da *pardice* me parecia destino comum e ao mesmo tempo não-lugar. Como um copo de água suja, o racismo faz muita gente se sentir assim. “Ninguém nunca quer se parecer com o opressor”, eu assim justificava para me negar e tentar acochambar a branquitude na minha identidade. É muito doloroso não saber de onde viemos e mais ainda se enxergar como um dos resultados planejados de um experimento histórico e político de embranquecimento

enquanto projeto moderno/colonial. Foram tantas violências orquestradas sob o julgo da ideologia da mestiçagem, colonizadora de subjetividades, espiritualidades, autopercepções que se perder nesse lugar da indefinição parece morada para muita gente.

Tendo como fundamento que a experiência também é limitada, foi “*justamente com o desafio em estabelecer uma aliança antirracista que me deparei com o conflito de definição de uma posicionalidade racial*” (LOPES, 2017). Antes, declarar-me algumas vezes como *branca/parda* me parecia menos desconfortável já que o lugar da mestiçagem é algo que evoca sentidos negativos por não carregar “a fixidez dos fenótipos puros” (LOPES, 2017).

Mas é junto da literatura, da filosofia, nas muitas rodas de conversa e trocas, nas formações coletivas, na prática docente, na família, nos interditos cotidianos e junto das muitas vozes de mulheres inspiradoras que venho percorrendo esse exercício diário de re-letramento racial e de compreensão do lugar central da raça em nossas experiências amefricanas ladinas. Isso espelha necessariamente em minha atuação enquanto professora na rede pública em escola periférica da capital do país onde a maioria dos estudantes é negra.

Por acreditar que a educação ainda pode ser uma das frentes na luta antirracista e anticapitalista e caminho estratégico para descolonização mental, cognitiva, afetiva, tenho como propósito a busca por uma ética da liberdade que contribua no desfazer de tantas amarras ocidentais⁴⁰ colonizadoras. Já dizia Bell Hooks que, “a voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela” (2019, p.22). É no engajamento junto às teorias, na necessária autoatualização (HOOKS, 2019), na ação responsável frente ao coletivo que acredito ser a proposta-desafio de uma práxis qualificada contra colonial para pensar outros mundos possíveis.

40 Ocidente aqui é compreendido como “anglo-europeu, cuja origem se localiza na civilização greco-romana e tem o fenótipo caucasiano como característica racial: “[...] enfatizo que nem o termo ‘Oriente’ nem o conceito de ‘Ocidente’ têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano - parte afirmação, parte identificação do Outro” (SAID, 2007, p.13). Ocidente é ainda um conjunto de crenças e valores definidores de identidade cultural agregadora ou excludente” (NJERI, 2020).

Venho, nesse sentido, refletindo sobre meu papel junto a uma pedagogia engajada, de denúncia, que realize o movimento de autonomia via ação colaborativa, horizontal e que vise produção de saúde e não somente adoecimentos no espaço escolar, por exemplo. Isso requer um enfrentamento ativo do racismo epistêmico tão enraizado nas escolas como nas bases acadêmicas universitárias, responsáveis por afetar e (de)formar subjetividades. Descolonizar currículos é uma das muitas tarefas. Destaco que toda a referência bibliográfica aqui utilizada é composta por mulheres pretas, africanas, afro diaspóricas, afro perspectivadas, mulheristas, feministas negras, contracoloniais, pois essa escolha é parte fundante de uma escrita política e posicionada.

Opto pela perspectiva interseccional colhida junto às reflexões da professora afrocolombiana Mara Vigoya Viveros, que compreende a interseccionalidade enquanto uma proposta de abordagem situada da dominação, oportunizando percebermos a interdependência das opressões nesse mundo fragmentado. Assim,

enquanto enfoque teórico-metodológico e político (VIVEIROS, 2013), a interseccionalidade compreende a interação em múltiplos níveis, as vezes simultâneos, das diferentes categorias de discriminação social, ocidentalmente clivadas, como raça, gênero, sexualidades e classe, sendo basilar para analisarmos sistemas e políticas públicas, como a educação e saúde (CAIXETA, 2020, p. 16)

Tendo como centralidade a violência racial para compreendermos nosso contexto ladino-amefricano, atravessados enquanto povos em diásporas (pindorâmicos e africanos), de extermínios históricos e desgraças coletivas (NJERI, 2019), o paradigma da interseccionalidade emerge aqui como um lugar discursivo, de potentes diálogos entre diferentes posições de autoras que realizam travessias num dissenso ou no chamado “*conflito produtivo*” (VIVEROS, 2016). Não há disputas quando as agendas são pluriversais (e não universalizantes e particularistas). Assim, a interseccionalidade mais

do que revelar a imbricação das experiências de opressão, oportuniza perceber a coletividade que nos enreda em contexto de existências violadas sistematicamente pelas mesmas estruturas.

Nossas existências, como a de nossas ancestrais, seguem ameaçadas sob a égide violenta do patriarcado-racista-heteronormativo, expressado belicosamente na organização desse sistema-mundo capitalista e seus padrões de poder colonial. Quando falo isso, tenho em mente o encarceramento e genocídio em larga escala do povo preto, o extermínio macabro nos campos, nas matas, nas florestas e latifúndios que aviltam cotidianamente a autonomia dos povos originários. Penso nos negligentes e alarmantes indicadores de saúde da população negra e no aumento do feminicídio entre mulheres negras. Em meio a guerra de ódio permanente, cresce a violência doméstica, esgarçando a perversa dominação masculina cravada em nossa cultura brasileira. *Quem ama não mata*, já entoavam os movimentos feministas dos anos 80.

A indignação assolava violentamente ao ver mais uma criança assassinada (em casa, na escola, na rua) pelo macabro braço armado de um estado que faz morrer quem não é o humano (branco-semelhante-universal). Um estado que, em meio a uma pandemia, mantém o genocídio não só assassinando crianças e jovens como também deixando morrer nossos mais velhos, nossas memórias. Como um monstro de vários tentáculos (NJERI, 2020), o sistema patriarcal capitalista de supremacia branca ataca por várias frentes.

Em tempos de ‘racismo reverso’, ‘estupro culposo’, ‘cristofobia’ e ‘heterofobia’, a demanda é urgente por disputarmos a possibilidade de existirmos em multiplicidade e não somente encarceradas em um único modelo de humanidade excludente. O ódio surge contra esses *outros* colonizadores das nossas vidas. Muita afetação!

Mas como bem nos lembra Djamilia Ribeiro (2018), é preciso organizar o ódio. É preciso compreender a dimensão pedagógica por traz da raiva emergente da injustiça (TATE, 2018). Localizando as relações intrínsecas entre as experiências êmicas e éticas, endosso as palavras-raízes de tantas mulheres insurgentes que entoam:

o pessoal é político. É preciso fortalecer nossas redes de expressão comunitária/coletiva, a partir da luta contra o colonialismo de nossos corpos, nossas sexualidades, nossas formas de pensar e ser nessa geopolítica global que nos subalterniza.

A interseccionalidade é aqui empregada como uma chave de leitura do sensível que nos permite compreender essas dinâmicas provenientes da experiência de sermos um país de maioria negra (*pretas e pardas*), profundamente desigual e violento, com heranças coloniais tão sólidas. Considerando a importância de identificar “os valores e hábitos de ser [que] refletem meu/nosso compromisso com a liberdade” (HOOKS, 2019, p.41), dimensiono o papel do afeto em minha agência (TATE, 2018). E é pela afetação que consigo (re) agir, ao tentar esboçar reflexões a respeito das violências e opressões que nos assolam cotidianamente e que constato regularmente sendo (re) produzidas dentro do ambiente escolar.

O *devoir bruxa Tituba*⁴¹ é ardente nas entranhas da alma. E é no mínimo transgressor, para não romantizar como *essencial*, utilizar a ferramenta da intuição, da relação com o sensível também enquanto autoridade de conhecimento e dar azo ao movimento do sentir em coletivo. Pois como costuma trazer em suas falas a filósofa preta, professora Katiuscia Ribeiro, “*todo ser que pensa produz conhecimento*” e se “*sinto, logo co-existo*”. Mexendo em trocadilhos filosóficos, o sentir-pensar aqui ocupa uma grande dimensão na busca por confluir com a co-construção de uma possível ética da liberdade.

Escrevo sobre tecer com as *zamis* no sentido de buscar dialogar com mulheres (sem reducionismos ou *bio-logi-cis-mos* ocidentais, mas como *invenção*, como nos atenta Oyèrónkẹ Oyèwùmí) que produzem narrativas anti-hegemônicas, contribuindo para pensarmos junto às nossas potentes diferenças. É no aquilombamento e nos *aquejarres* das nossas que encontro mais uma ferramenta de luta, junto ca-‘zamié’-gas (leia-se: com as amigas) um trocadilho infame meu, mas

que convido com muito respeito e admiração a mulherista africana Anin Urase para ajudar nesse bordado:

Engana-se quem pensa que se trata somente de uma mudança de nome. A concepção é completamente diferente, já que estamos falando de dois berços civilizatórios opostos: o africano e o europeu (lembrando mais uma vez e sempre da teoria dos dois berços do Diop, e que a diáspora também é Afrika). “Zami” é uma corruptela diaspórica do crioulo que significa algo como “aquela mulher que trabalha junto com outra mulher enquanto amiga e amante” termo típico das comunidades pretas caribenhas (e que ficou muito famoso após a publicação do livro “Zami” da Audre Lorde. Comum, também, entre mulheres pretas que se relacionavam com outras mulheres pretas no âmbito do movimento negro, inclusive no Brasil).

(Pensamentos Mulheristas, 2016)

Sem incorrer num ‘*ecumenismo teórico*’ como Urase já nos alerta,(mas porque não uma *promiscuidade* epistêmica?) vou ao encontro de Jurema Werneck (2009) quando esta diz que a partir de diferentes diálogos, do pluralismo de ideias é que criamos ‘comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas’ (2009, p.151) mas que suas disputas são necessárias para lutar contra o encarceramento dos paradigmas ocidentais do individualismo e da noção de propriedade privada brancocêntrica patriarcal.

Nada do que aqui elaboro em escrita já não foi dito, tecido, escrito por tantas outras pessoas. É justamente da voz coletiva que me fortaleço, tomo fôlegos e somo na luta pela vida. Como professora da rede pública, a transformação das pedagogias contracoloniais é um compromisso político. Não partidário, não individual. É na partilha dessas lutas, nas celebrações positivas do bem viver, na busca por mudanças que honrem as lutas ancestrais, na reinvidicação de novas estórias, humanizações e existências que retomo ao afeto.

41 Tituba é a personagem do premiado romance “Eu, Tituba, Bruxa Negra de Salem”, escrita pela afrocaribenha Maryse Codé (1986). A ideia de um *devoir bruxa* faz alusão a imagem polifônica atribuída a essa figura, atravessada pelas relações com o feminino, com a liberdade, com a magia, espiritualidade, os *ebós*, as feitiçarias, os encantamentos, expressões essas de reexistências poderosas e que até hoje são figuras-pensamentos-ações perseguidas, desumanizadas e postas ao julgo dos valores hegemônicos ocidentais.

O afetar-se como estratégia de liberdade, de engajar-se para uma politização da vida, pode ser visto como um exercício ético. Também ênico por me entender como “observadora de dentro”, como narradora-vivente-professora-pesquisadora, entendendo como imprescindível pensar desde o contexto em que se está inserido. E é pelo amor, como expressão de uma política transgressora frente ao sequestro histórico do amor interior (HOOKS, 2002) que acredito que seja um dos caminhos para rompermos com as desigualdades inerentes desse sistema que coabitamos em prol da transformação.

Desafiando os medos presentes em transgredir com a falácia da neutralidade na produção do conhecimento, a caminhada contracolonial se dá na busca também por fissuras ali, aqui e acolá. Este ensaio se soma ao esforço genuíno em aprender com essa constelação de vozes insurgentes que acalentam e fortalecem.

Suleando o pensando rumo à dororidade: espelhos e movimentos

Se você acha que literatura é perfumaria
 Olhe para o espelho do banheiro
 e leia minha poesia
 Engula a força da letra como
 o pão de cada dia
 Haverá cura
 Não será um exercício fútil
 Veras que trago um poema útil
 Munição para os tempos de violência
 Cachecol para os dias frios
 Palavras pretas luzeiro
 Poema farol.
 (SOBRAL, 2010, p. 106,)

Tomei conhecimento sobre um dado que muito, mas muito vem me assombrando. Segundo estudo recente intitulado “*Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*” (CONAQ, 2018), o número de assassinatos de quilombolas no país cresceu 350% em apenas um ano (2016 a 2017). A morte de lideranças seja no campo, florestas, matas, cidades, centros urbanos é tática histórica nefasta utilizada

para dismantelar relações comunais, amedrontar pessoas, dominar a terra em prol do lucro *civilizado*.

O que mais me assustou nesses dados, trazidos pela socióloga Gilvânia da Silva em pesquisa apresentada no VII Seminário Ser Negra (Descolonizando o feminismo, novembro de 2018, Brasília), foi justamente o crescimento de mortes violentas, com requintes de crueldade a quais as mulheres quilombolas foram e estão sendo submetidas. Com destaque alarmante para a subnotificação e registros dos casos, mais uma expressão do racismo institucional presente em nossa sociedade.

Foram descritas situações de empalamento, perfurações, decepção dos seios, estupros contra as mulheres quilombolas, com ênfase em chacinas de familiares, com dimensões de um sadismo misógino que me fez recordar as descrições dos porões de inquisição de caça às bruxas analisadas pela historiadora italiana Silva Federici, em sua obra *o Calibã e a Bruxa*. Não é à toa, senão *co-incidência*, que essa contínua violência tenha escalonado contra as mulheres quilombolas, lideranças negras ligadas à terra, à ancestralidade, ao coletivo.

Saber desse avanço de uma guerra permanente por lucro faz o pensamento se mover contra o ocidente hegemônico e seus valores civilizatórios que glorificam o individualismo, o consumismo, a inimizade. Valores coloniais como o extermínio do *outro*, aquele que não é humano, passível de reificação e exploração.

Ao propormos um *suleamento* do pensar-sentir-agir, enredo-me às escritas ‘subalternas’, localizadas nas margens e periferias do capital. Mais que artifícios estéticos (que também são necessários para uma contra colonização epistemológica) da linguagem escrita, o *suleamento* também propõe o deslocamento do que hoje está no centro enquanto valores hegemônicos e universais. A proposta é deslocar essa centralidade eurocêntrica hegemônica e levar para o centro as agendas que atendam as diversas demandas existentes, retirando do norte geográfico, existencial (branco-eurocentrado-patriarcal-cristão-heternormativo-especista) seu caráter medidor de humanidades legítimas.

Sulear caminhos contracoloniais possibilita a descentralização das ‘fontes legítimas’ de conhecimento

que tendem a vir quase que exclusivamente de um punhado pequeno de países do norte, que atuam historicamente na manutenção das relações coloniais com demais povos. E buscar como ‘faróis’ que iluminam caminhos ao sul, os saberes originários e ancestrais que tecem nossas histórias coletivas. A busca é por espelhos outros, que quebrem os pactos narcísicos (BENTO, 2002) e reflitam existências pretas, indígenas, quilombolas, múltiplas.

Isso necessariamente reflete na educação enquanto aparato formador ‘universalizante’ transpassado por valores que atendem a uma agenda ideológica particular. Ou ainda, a educação enquanto importante instituição social, é responsável por socializar desde muito cedo os valores preconceituosos, estereotipados e estigmatizantes a respeito das diferenças étnico-raciais tão presentes em nosso cotidiano (CAVALLEIRO, 2000). Considerando o epistemicídio nos currículos escolares (SUELI, 2005; PONTES, 2017), esse apagamento sistemático de outras narrativas de humanidade, pensar numa ética da liberdade na educação também envolve disputar conteúdos, contra colonizar discursos únicos e ‘abrir/libertar’ mentes que criem.

Nas palavras da escritora Scholastique Mukasonga sobre como os “senhores do ocidente” (NJERI, 2019) impõem sua visão de mundo, que ainda é a ‘narração oficial da história’, a autora partilha experiências dolorosas sobre a perda da sua família no histórico genocídio em Ruanda nos anos 90, um dos países africanos colonizados violentamente pelos belgas. Mukasonga conta em seu livro “*A mulher dos pés descalços*” que:

Os brancos jogaram em cima dos tusti os monstros famintos de seus próprios pesadelos. Eles nos ofereceram espelhos que distorciam a farsa deles e, em nome da ciência e da religião, nós tínhamos que nos reconhecer nesse duplo perverso nascido de seus fantasmas (MUKASONGA, 2017, p. 121)

Nessa entoada de novos reflexos, é de importância estratégica a descolonização das subjetividades, das autopercepções e do reconhecimento da identidade racial. Pensar

o invisível (ROCHA, 2014) não é tratar dessas temáticas como “recortes”, “nuances” e adjetivos particulares em detrimento da branquitude-universal. Ou então questionar de forma colonizada o que vem primeiro: *raça ou gênero*? Essa pergunta faz sentido somente e exclusivamente para quem é livre em não ser alvo por ter a pele alva. Colocar como universal o entendimento reduzido e ocidental do que é ser mulher (branca) ou homem (branco) não dialoga.

Apontar o encobrimento, o escamoteamento da raça sob o signo do gênero ou mesmo da primazia da classe permite, como diz Werneck, que apontemos “o quanto esta invisibilização tem sido benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a alteração substantiva do status quo” (p 162). É por isso que a escolha política do conceito de *dororidade* encontra terreno nesta discussão. Segundo Vilma Piedade (2017), cunhadora do termo, é importante entendermos que um conceito, assim como o tempo, é algo circular, não é “*definitivo e imutável. O movimento é sua marca*” (2017, p.16).

Entendendo que o termo *sororidade* não abarca nem abrange as múltiplas existências, como a *pretitude*, Piedade (2017) caminha para uma nova conceituação de forma que envolva a dimensão da dor racial, tão organizadora das existências nessas terras. Segundo a autora, para que o diálogo seja mais interseccional ele precisa empretecer, como o próprio movimento feminista. Na luta contra o apagamento e invisibilidade que o racismo projeta, a dor da escravidão, a dor da exclusão aterram-se na proposta da dororidade. “Não é fácil dar nome a nossa dor, torná-la lugar de teorização” (HOOKS, 2019, p. 102).

É justamente somado a esse desafio trazido por Bell Hooks de pensar a teoria também como lugar de cura que acredito estar em diálogo com a proposta do conceito de dororidade, trazido por Vilma Piedade. É importante dar movimento aos sofrimentos. A dor enquanto:

um evento, uma experiência que deve ser reconhecida, nomeada e, em seguida usada de alguma forma para que a experiência mude e seja transformada numa outra coisa: força,

conhecimento ou ação. O sofrimento, por outro lado, é o pesadelo revivido da dor não analisada e não metabolizada (AUDRE LORDE, 2007, p.172 apud TATE, 2018, p. 197)

Não são as diferentes opressões que nos distanciam, mas a tenacidade em singularizar, padronizar e centrar uma única experiência como pauta em detrimento de outras. Os sofrimentos persistentes do povo preto, originário, escalado às margens da humanidade no Brasil são cotidianamente reduzidos, dado a banalização da morte de pessoas não brancas, como “uma dor que não cicatriza” (BRITO, 2018). Muitas mães, maioria mulheres negras periféricas, têm nas relações de ausência, de abruptalidade (é tanto brutal quanto abrupto), processos de adoecimentos oriundos do injusto enlutamento de seus filhos-sobrinhos-irmãos-pais-companheiros- assassinados pelo necroestado. Também uma dor oriunda do crime político de ódio que é o feminicídio, que só vem aumentando entre mulheres negras. A dor dos efeitos de uma cruel seletividade de empatia e comoção sobre as vidas que podem ser violadas.

Como buscar espelhos se há tantas fragmentações nas autoimagens? Se o ocidente *profana/embranquece* a vaidade de *Osúm* em nome de um narciso ocidental? Apagam, fragmentam, descaracterizam, esvaziam, poluem nossas águas existenciais. É preciso ter compromisso e responsabilidade coletiva para compor novos reflexos. É importante nos movermos através da dor.

Por necessárias éticas da liberdade: comunidade e revolução

Ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros, e às vezes, relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos tona mais conscientes uns dos outros (HOOKS, 2019, p.247)

Pensar numa ética da liberdade exige mudança de postura, requer transgressões, radicalidade nas ações guiadas pelas raízes ante a colonialidade de nossas vidas. Envolve responsabilidade consigo e com os coletivos, mesmo quando “o compromisso

profundo com a pedagogia engaja canse o espírito” (HOOKS, 2019, p.267). É também doloroso, pois requer que nos conheçamos para saber para onde queremos ir. E olhar novamente para trás. Requer escuta, engajamento mútuo (HOOKS, 2019). Para uma verdadeira revolução, precisamos mudar os valores hegemônicos.

É potente pensar em uma ética enquanto compromisso com a liberdade que há no existir em diversidade. Compreendo a educação transgressora como uma prática da liberdade (HOOKS, 2019), enquanto soma na construção de agendas que atendam às múltiplas singularidades, é importante desvelar as problemáticas epistemológicas que se impõem até hoje através do cientificismo racista, do positivismo, da autoridade masculina, do elitismo. Desmantelar o racismo patriarcal é eminente e necessário para a luta anticapitalista.

É no endosso à busca pela descolonização mental, em prol da nutrição junto a saberes ancestrais que levam uma vida inteira para serem digeridos (SOMÉ, 2003, p.76) que acredito estar uma ética da liberdade. A busca por diálogos, na partilha de responsabilidades. É ter como foco a importância das diferentes estratégias rumo à luta antirracista e antissexista, com ‘ginga’ no movimento de sulear o caminho das necessárias mudanças.

Isso lhes dá tanto a oportunidade de saber que as experiências difíceis aconteceram com todo mundo quanto a prática de integrar teoria e práxis: modos de conhecer e hábitos de ser. Praticamos não só o questionamento de ideias como também o dos hábitos de ser. Por meio desse processo construímos uma comunidade (HOOKS, 2019, p.61).

Mais que um inimigo em comum, temos muitas propostas de viver e não se faz razoável reduzirmos a uma única narrativa de existir. É porque somos diferentes que somos fortes, é dos lugares das subalternidades que se destacam pontos de vistas únicos sobre a opressão e assim, formas libertárias e contracoloniais de construir projetos outros de sociedades. Tatiana dos santos, com sua escrita-navalha, enreda de forma potente essa proposta ética quando diz que “não precisamos ser iguais

para nossas lutas fazerem sentido e se conectarem, não precisamos nos diferenciar a todo custo para nos tornarmos “mais humanos” (por que isso importa tanto, afinal?) – como aprender a falar de nós sem silenciar xs outrxs? (DOS SANTOS, 2013, p.8).

Nossa ‘capacidade de aprender’, como disse Sueli Carneiro ao falar sobre epistemicídio (2005), foi e é violada sistematicamente e por isso precisamos nos reorganizar, para além de nossas individualidades. Aprender de novo, reaprender, desaprender. Nos reformar, ainda que doloroso, como nos lembram as palavras-flecha de Sojourner Truth, em seu famoso discurso proferido em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher nos Estados Unidos (E eu não sou uma mulher?).

Ao enfrentarmos o epistemicídio, olhamos para trás, aprendemos, nos elevamos. É pela liberdade da escolha de qual copo de água queremos nos embeber. Enegrecer a nossa bibliografia, enfrentar o racismo falocentrado epistêmico, centrar quem valoriza o invisível em suas escritas.

a história de meu povo sendo sequestrado, escravizado, enjaulado, feito de cobaia, caçado, sacrificado, assassinado e exposto deixou um gosto ruim na minha boca, e empatia no meu coração (ROYCE, 2009).

Construir comunidades pedagógicas é um desafio para quem atua com educação. Mas como nos atenta Hooks (2019), a dificuldade também deve ser apreciada. *Nutrir-se de agendas contracoloniais pode ajudar a tecer, como as arpileiras chilenas, as próprias histórias* (FREIRE, 2017) e fazer parte de uma educação como prática da liberdade. “Quando, para encontrar uma solução nos voltamos para a comunidade maior, fica impossível o problema persistir” (SOMÉ, 2003, p.121). A necessária construção de uma comunidade pedagógica (HOOKS, 2019) é também reconhecer a educação como potência para abrir caminhos e mentes.

Busquei aqui descrever os entendimentos que ecoam em leituras, inquietações e afetações que essa constelação de saberes me proporciona para pensar uma ética da liberdade. Comecei falando de afetação e é pelo afeto e necessidade de expressão que busco

com esses diálogos um fortalecimento de ética da liberdade. Compromissada com a transformação. Pois num mundo com muitos sentidos, sendo um deles a concretude do racismo, posicionar -se é um ato político de resistência. E para sobreviver e enfrentar esse sistema adoecedor, um itinerário terapêutico certo é o de que o amor cura.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRITO, Maíra. D. *Não. Ele não está*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. v. 1000. 118p.

CAIXETA, Izabela A. “Consciências Libertárias, Práticas Colonizadas: Docência e Saúde Através da Pandemia”. In: *Interritórios | Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco*, Caruaru, Brasil, vol. 6, nº 11, 2020.

CARDOSO, Claudia Pons. “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez”. *Revista Estudos Fem.*, vol. 22, nº.3 Florianópolis Sept./Dec, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais. *Quilombolas, Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil. Terra de Direitos*, em parceria com a Associação de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR) e o Coletivo de Assessoria Jurídica Joãozinho de Mangal, 2018;

DOS SANTOS, Tatiana Nascimento. “mas COMO toda opressão está conectada?” In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO

GÊNERO 10 (ANAIS ELETRÔNICOS), Florianópolis, 2013.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2017.

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. Trabalho apresentado no GT 07 – Bordando outro ponto de vista: pensamento envolvente para feminismos, negritudes e fazeres cotidianos. Publicado em ANAIS ELETRÔNICOS DO CONGRESSO EPISTEMOLOGIAS DO SUL, vol. 1, nº 1, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 89-106.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2019.

_____. “Vivendo de amor”. Livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vem de longe, In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelun C. (Orgs.). Rio de Janeiro, Editora Criola, 2002.

LOPES, Joyce Souza: “quase negra tanto quanto quase branca” autoetnografia de uma posicionalidade racial nos entremeios. In: MÜLLER, Tânia M. P., CARDOSO, Lourenço (organizadores). *Branquitude. Estudos Sobre a Identidade Branca no Brasil*. , Curitiba, 2017.

MUKASONGA, Scholastique . *A mulher de pés descalços*. Editora Nós, 2017.

NJERI, Aza. “Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa”. In: *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, nº 31, 31, mai.-out./2019, p. 4-17.

_____. “Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra”. In: *Ítaca*, vol. 0, nº 36, 2020, p. 164 – 226.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. *Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03*. [Dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. 2017.

RIBEIRO, Djamila. Vídeo do youtube, do canal Racionais TV, episódio: Sobrevivendo no Inferno por Djamila Ribeiro. Publicado em 26 de outubro de 2018 e assistido no dia 17 de novembro do mesmo ano.

ROCHA, Aline Matos Da. *Pensar o invisível: as mulheres negras como produtoras de pensamento filosófico*. 2014. 33 f. Monografia (Licenciatura em Filosofia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ROYCE. *for as long as my skin is Black I will be a devoted anti-specist*. [Documento eletrônico (blog)] 29 ago. 2009. Disponível em: < <http://vegansofcolor.wordpress.com/2009/08/29/for-aslong-as-my-skin-is-black-i-will-be-a-devoted-anti-speciesist/>>. Acesso em: 12 abril. 2018.

SOBRAL, Cristiane. *Não vou mais lavar os pratos*. Brasília: Athalaia, 2010.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2003.

TATE, Shirley Anne. “Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido”. In: BERNADINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R. (Orgs.) . In: *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p.183-201.

URASSE, Anin. “A homossexualidade não é africana. a heterossexualidade também não. (parte 1)”, 26 de janeiro de 2016, acessado em outubro de 2018, <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/>

VIVEROS Vigoya Mara. “La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación”. In: *Debate Feminista*, vol. 52, nº 1, 2016, p. 1–17.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo* In: Vents

d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.